



3363 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)

GT 11 - Política de Educação Superior

Educação superior em período de expansão: o cenário da evasão na região Centro-Oeste

José da Silva Santos Junior - Universidade Federal da Grande Dourados

Giselle Cristina Martins Real - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo: O objetivo do trabalho é verificar como se apresentam os percentuais de evasão na região Centro-Oeste a partir do processo de expansão da educação superior iniciado na última década. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa, recorrendo-se a dados estatísticos informados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" (Inep). Como referenciais teóricos foram utilizados autores que lidam com a temática abordada (Silva; Veloso, 2013; Tinto, 1975). Os resultados obtidos mostraram que a evasão na região Centro-Oeste se destaca como a mais elevada no contexto das regiões geográficas brasileiras, assim como, no âmbito desta região, o estado de Mato Grosso do Sul apresentou a maior média geral deste fenômeno no período estudado. Faz-se necessária a realização de estudos que visem a entender os motivos que levam às discrepâncias observadas entre as regiões brasileiras e os estados que compõem a região Centro-Oeste. Considera-se que a formulação de políticas que visem à integração do estudante na instituição é um bom caminho para minorar o problema da evasão.

Palavras-Chave: Evasão. Educação Superior. Centro-Oeste.

Introdução

O processo de expansão da educação superior evidenciado no Brasil a partir de políticas criadas para este fim propiciou marcos relevantes neste nível educacional. O que até a década de 1990 era considerado um sistema educacional para atendimento às elites, passou a favorecer, a partir de meados de 2000, a diversificação dos estratos sociais que ingressaram à universidade, possibilitando a elevação do número de alunos na educação superior. (GOMES; MORAES, 2012).

Em acompanhamento ao crescimento observado, verifica-se a presença de alguns fenômenos contrários às políticas de expansão implementadas ou ainda em vigência. Embora tenham sido criados programas de assistência estudantil para Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais (Pnaest), bem como a meta global do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) tenha estabelecido a intenção de elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% nas universidades federais em seu período de implementação, a evasão de alunos tem estado presente nas mais diversas instituições do País (SILVA FILHO et al., 2007).

Tal processo caracteriza fracassos que apresentam consequências diversas, tanto para o aluno que evade, quanto para a instituição, o sistema educacional e, além disso, também se trata de um problema que incide na sociedade.

A identificação das causas da evasão e a busca por mecanismos que superem esta problemática têm sido contemplados em pesquisas de âmbito nacional, desvelando-se como uma temática importante e que merece aprofundamentos. Em "estado da arte" elaborado no ano de 2015, localizou-se 72 trabalhos¹. Desses, aproximadamente um terço tratou de estudar as causas da evasão e em torno de um quarto dos estudos focaram aspectos relacionados à gestão da evasão por instituições. (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017a).

O objetivo do presente trabalho é verificar como se apresentam os percentuais de evasão na região Centro-Oeste a partir do processo de expansão iniciado na última década.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e quali-quantitativa, visto que recorreu-se aos dados estatísticos do Inep a fim de se atender ao objetivo proposto. Para o cálculo da evasão, utilizou-se a metodologia proposta por Silva Filho et al.² (2007). Como recorte temporal, o foco foi o contexto mais recente (2013 a 2016), com o intuito de cotejar os resultados com outros dados divulgados na última década.

Apoia-se no referencial de Silva e Veloso (2013), as quais entendem que o acesso deve ser concebido por meio de mecanismos que possibilitem ao estudante ingressar, permanecer e concluir o curso com qualidade. Também, considera-se as contribuições de Tinto (1975), por ser este um dos principais referenciais para o tema em questão.

Na primeira seção do artigo é feita uma exposição do movimento de expansão da educação superior na região Centro-Oeste. Na segunda, são apresentados os resultados obtidos a partir dos dados coletados.

O cenário da educação superior na região Centro-Oeste

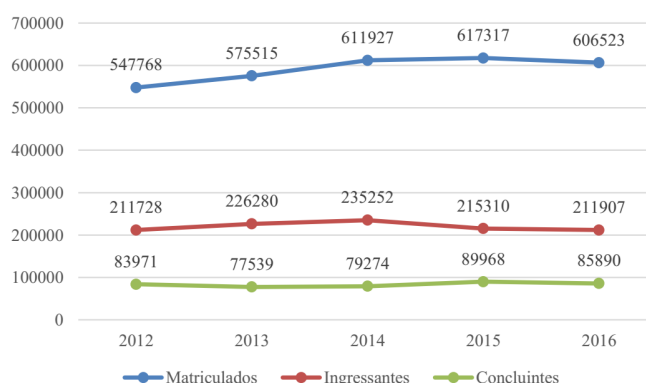
O Inep divulgou nos dados do último Censo da Educação Superior (2016) um total de 6.554.283 estudantes matriculados em cursos de graduação presencial do País. Se comparado esse dado com os 3.030.754 alunos matriculados em 2001, verifica-se que as políticas de expansão implementadas foram efetivas no que se refere à entrada de estudantes na universidade.

Dentre as ações implementadas para se atingir esses números, o pacote de políticas formuladas nesse período contribuíram de modo expressivo para o atendimento à demanda crescente por educação superior. Destacaram-se: o programa Universidade: Expandir até ficar do tamanho do Brasil e o Reuni, no contexto das universidades federais; o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), no âmbito das IES privadas. Além disso, outras políticas se mostraram relevantes, como: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets); a implementação de programas de assistência estudantil, como o Pnaes e o Pnaest; e a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

No contexto da região Centro-Oeste, o Inep contabilizou em 2001 um total de 260.349 estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais. Em 2016, o número foi igual a 606.523, o que corresponde a um crescimento de matrículas³ de 132,96%.

Se considerado período mais recente, as taxas de crescimento têm evoluído menos. Entre 2012 e 2016, o percentual de aumento de matrículas foi de 10,73%, conforme cálculo a partir do gráfico a seguir:

Figura 1: Número de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes em cursos de graduação presenciais na região Centro-Oeste nos anos de 2012 a 2016



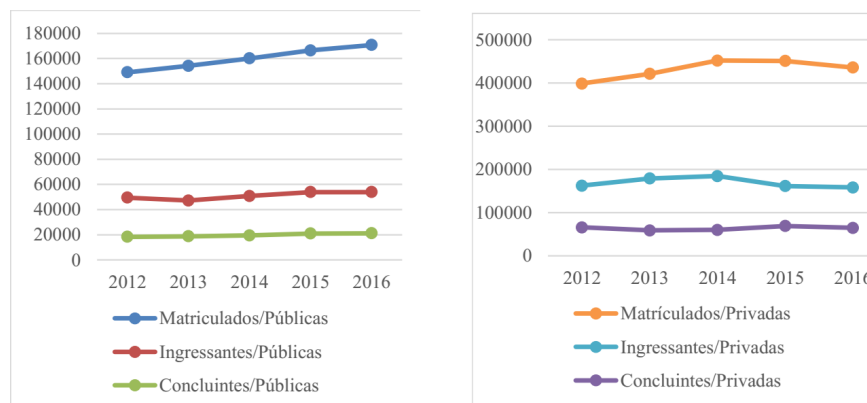
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Inep.

Verifica-se oscilação no número de estudantes matriculados, apontando para certa tendência de estabilização dos dados a partir de 2014. O número de ingressantes diminuiu a partir de 2014. No que se refere aos concluintes, os dados oscilaram em todo o período.

No setor público, o período expresso corresponde aquele em que ainda se implementavam algumas ações de expansão do número de vagas. Ao mesmo tempo, nas IES privadas houve continuidade do Prouni e do Fies, que também corresponderam a ações de incentivo para crescimento desse setor.

No entanto, as quedas mostradas no gráfico estão mais relacionadas ao movimento do setor privado, conforme pode ser inferido a partir da figura 2:

Figura 2: Movimento de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes em cursos de graduação presenciais de IES públicas e privadas da região Centro-Oeste entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Inep.

Se verificada a expansão das IES privadas ao longo das últimas décadas, pode-se inferir que estas instituições foram beneficiadas com o movimento de expansão ocorrido nas últimas décadas. Conforme dados do Inep, na região Centro-Oeste o número destas IES saltou de 145 em 2001 para 221 em 2016.

Os incentivos estatais por meio de programas específicos para as IES privadas, especialmente Prouni e Fies, culminaram no crescimento deste setor, marcado pelo tratamento da educação como mercadoria a partir da formação de oligopólios por grupos hegemônicos. (OLIVEIRA, 2009; SGUISSARDI, 2013).

Entretanto, embora tais políticas tragam em suas premissas alguma garantia de “igualdade de condições de acesso”, a implementação dessas ações não veio acompanhada de “igualdade de condições de permanência”, conforme afirma Sguissardi (2015, p. 869), o que pode estar diretamente relacionado às oscilações de matrícula, ingresso e conclusão de curso expressos nas figuras.

Nas IES públicas, o crescimento do número de matrículas não foi acompanhado em igual proporção pelo número de estudantes concluintes. Este dado pode ser entendido como um resultado de fenômenos da trajetória acadêmica como a permanência prolongada e a evasão (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017b).

De forma geral, a expansão da educação superior na região Centro-Oeste acompanhou o movimento de âmbito nacional. A ampliação do número de estudantes que acessaram a universidade foi notória, tanto nas IES públicas quanto nas privadas.

Contudo, é preciso pensar para além do significado imediato que nos remete o termo “acesso”. Não basta propiciar a entrada do estudante na universidade, mas também favorecer meios de uma permanência sustentável e uma formação de qualidade (SILVA; VELOSO, 2013).

O panorama da evasão na região Centro-Oeste

No contexto nacional, a evasão tem se configurado como fenômeno que impacta as diversas IES. O estudo de Silva Filho et al. (2007) revelou que no período de 2000 a 2005 a média de evasão na educação superior brasileira foi de 22%, sendo que nas IES públicas o número permeou em 12% e, nas privadas, a média foi de 26%.

O período analisado pelos autores foi marcado pela iminência de processo mais intenso de expansão da educação superior brasileira, em que investimentos mais abrangentes foram programados, tanto para o crescimento das IES públicas quanto das privadas.

Silva Filho et al. (2007) ainda constataram que no contexto das regiões geográficas, o Centro-Oeste se mostrou com a maior média geral de evasão (23%).

Se analisado o período recente, verifica-se que os percentuais de evasão oscilaram pouco. Contudo, os números relacionados às IES privadas continuam chamando atenção por serem superiores em aproximadamente 10% em relação às públicas. A tabela a seguir expressa estes dados:

Tabela 1: Taxas de evasão no Brasil por região geográfica e por categoria administrativa de 2013 a 2016

Região Geográfica / Categoria Administrativa		% de evasão				
		2013	2014	2015	2016	MÉDIA
Brasil		22,25%	22,91%	21,97%	22,83%	22,49%
	Pública	15,22%	16,21%	17,31%	14,82%	15,89%
	Privada	25,25%	25,72%	23,80%	25,94%	25,18%
Norte		18,45%	18,80%	19,07%	18,88%	18,80%
	Pública	11,82%	15,77%	13,75%	9,74%	12,77%
	Privada	24,10%	21,33%	22,87%	25,00%	23,32%
Nordeste		19,00%	19,52%	18,96%	19,19%	19,17%
	Pública	15,53%	14,83%	14,52%	13,92%	14,70%
	Privada	21,50%	22,69%	21,70%	22,39%	22,07%
Sudeste		23,98%	25,15%	23,90%	25,14%	24,55%
	Pública	13,60%	13,99%	15,43%	14,71%	14,43%
	Privada	26,68%	28,09%	26,08%	27,90%	27,19%
Sul		21,71%	21,81%	20,06%	21,56%	21,28%
	Pública	18,08%	21,13%	26,16%	17,20%	20,64%
	Privada	23,71%	22,17%	17,07%	23,42%	21,59%
Centro-Oeste		24,70%	24,36%	24,53%	25,17%	24,69%
	Pública	18,19%	19,22%	20,07%	19,61%	19,27%
	Privada	27,26%	26,28%	26,13%	27,29%	26,74%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Inep.

Constata-se que a média de evasão no Brasil foi de 22,49% para o período considerado, sendo que nas IES públicas o número foi de 15,89%, e nas privadas, de 25,18%.

Verifica-se que a média geral obtida é ligeiramente superior aquela aferida por Silva Filho et al. (2007). O ponto que se destaca está nos números por categoria administrativa. Silva Filho et al. detectaram para o período de 2000 a 2005 uma média de 12% nas IES públicas e de 26% nas privadas. Em relação a esses números, os dados mostrados na tabela apontam que a média de evasão nas IES públicas aumentou pouco mais de 3% no período recente. Nas IES privadas, o número diminuiu quase 1%.

Esse aumento na média de evasão no setor público pode estar associado ao processo de expansão de vagas. Na medida em que ocorre a implementação de políticas que favorecem a entrada de estudantes na universidade, pode ser esperado que os fenômenos acadêmicos também tendem à ampliação. Cumpre-se repensar as políticas a fim de se criar novas ações que compensem o aumento das problemáticas que repercutem no ambiente universitário.

No Centro-Oeste, os dados revelam que as IES privadas apresentam 7,47% a mais de evasão em comparação com as públicas. Em relação às demais regiões, o Centro-Oeste tem a maior média geral de evasão (24,69%). Por categoria administrativa⁴, as IES públicas dessa região apresentam a segunda maior média (19,27%) e as privadas, com 26,74%, ficam atrás apenas da região Sudeste (27,19%).

Coletados os dados da região Centro-Oeste por estado, verifica-se o que se expressa na tabela a seguir:

Tabela 2: Taxas de evasão na região Centro-Oeste por estado e por categoria administrativa de 2013 a 2016

Estado / Categoria Administrativa	% de evasão				
	2013	2014	2015	2016	MÉDIA
MS	31,83%	26,89%	25,53%	29,78%	28,51%
Pública	24,75%	24,78%	26,31%	24,18%	25,01%
Privada	35,92%	28,06%	25,16%	32,66%	30,45%
MT	24,18%	23,53%	20,40%	25,42%	23,38%
Pública	15,96%	18,25%	16,58%	17,95%	17,19%
Privada	28,24%	25,99%	21,99%	28,73%	26,24%
GO	22,22%	21,80%	24,74%	24,07%	23,21%
Pública	17,88%	17,95%	22,75%	19,30%	19,47%
Privada	24,06%	23,36%	25,55%	26,05%	24,76%
DF	24,54%	26,67%	26,72%	23,94%	25,47%
Pública	15,23%	17,63%	13,73%	18,08%	16,16%
Privada	26,70%	28,70%	29,65%	25,41%	27,62%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Inep.

Constata-se que a evasão se mostrou mais intensa no Mato Grosso do Sul, com percentual médio de 28,51% para o período considerado. No Distrito Federal, a média foi ligeiramente inferior (25,47%) e nos demais estados, os números se mostram próximos, com 23,38% em Mato Grosso e 23,21% em Goiás.

Verifica-se que as médias de evasão nas IES privadas são variáveis entre os estados, mas em todos eles os números são mais representativos quando comparados aos das IES públicas. No Distrito Federal, a diferença entre evasão nas duas categorias administrativas supera 10%.

Destacam-se os dados expressos para o estado de Mato Grosso do Sul, em que nas duas categorias administrativas as médias foram as maiores. Este estado corresponde aquele menos representativo em termos de matrículas⁵. Seria preciso verificar os motivos que levam às diferenças de números observadas entre os estados da região apontada.

De modo geral, o problema da evasão tem impactado o sistema de educação superior como um todo e corresponde a um desafio a ser enfrentado não apenas por meio de políticas mais amplas, mas também deveria ser tratado com ações institucionais que visem a sua minoração.

Tinto (1975) apresenta considerações importantes para este processo. O autor propôs o entendimento da evasão a partir de percurso longitudinal, em que os principais fatores relacionados a este fenômeno são aqueles que envolvem a integração entre o indivíduo e os sistemas acadêmico e social.

Para o autor, os estudantes menos envolvidos com a instituição possuem maiores chances de abandonar o curso iniciado, tendo em vista que comumente não se integram com demais alunos de mesma turma e/ou da instituição como um todo, construindo um distanciamento em relação aos indivíduos de seu convívio acadêmico.

Nesse contexto, Tinto considera necessário aos gestores conhecerem as expectativas educacionais dos indivíduos que se inserem ao sistema de educação superior, a fim de ampliar o entendimento e controle da evasão.

Considera-se que os aspectos citados por Tinto são um bom caminho a ser seguido pelas IES, com o intuito de agir para além das políticas estabelecidas para o contexto nacional, buscando, também no âmbito institucional, controlar a evasão e propiciar ao estudante que ingressou os meios necessários para uma permanência sustentável e a respectiva conclusão do curso.

Nessa direção, identificar a dimensão desse fenômeno, conforme se propôs no presente trabalho, se trata de um primeiro e pequeno passo para se entender como as políticas de educação superior têm sido efetivas para a permanência do estudante e para a formação acadêmica.

Considerações Finais

De modo geral, os dados retratados apontam para a necessidade de aprofundamento de estudos que visem a entender os motivos que levam às discrepâncias observadas entre as regiões brasileiras e os estados que compõem a região Centro-Oeste.

Ainda, seria necessário avaliar como as instituições da região Centro-Oeste, em suas particularidades, estão lidando com o fenômeno da evasão.

Considera-se que as medidas para permanência estudantil e combate a evasão não devem estar restringidas em políticas mais amplas, pensadas para o contexto nacional. Assim, ações institucionais poderiam contribuir em boa medida para favorecer não apenas o ingresso, mas também a permanência e a formação acadêmica.

Pesquisas que analisem o processo de evasão a partir de uma perspectiva de integração do estudante, conforme o referencial de Tinto (1975), são oportunas e podem contribuir de forma efetiva para as pesquisas sobre a temática.

Referências

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 01, p. 7.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan./mar. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2001-2016. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: < <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 28 maio 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v.30, n.108, p. 739-760, out. 2009.

SANTOS JUNIOR, José da Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p.385-402, jul. 2017a.

_____. O acesso à educação superior na Universidade Federal da Grande Dourados: trajetória de estudantes ingressantes entre 2006-2009. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 2, p. 467 - 492, jan./abr. 2017b.

SILVA, Maria das Graças Martins; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas de educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul./set. 2013.

_____. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no Ensino Superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, Winter, 1975.

¹ São incluídos artigos, dissertações e teses. Recorreu-se aos bancos de dados: Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Grupo de Trabalho 11 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT11/Anped), Banco de Teses da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT).

² $E_{(n)} = 1 - [(M_{(n)} - I_{(n)}) / (M_{(n-1)} - C_{(n-1)})]$ Onde, $E_{(n)}$ = evasão anual de cursos ou do conjunto de cursos (no ano n); $M_{(n)}$ = matrículas (no ano n); $I_{(n)}$ = ingressantes (no ano n); $M_{(n-1)}$ = matrículas do ano anterior a n; $C_{(n-1)}$ = concluintes do ano anterior a n.

³ Para o cômputo geral de matrículas do âmbito nacional, a região Centro-Oeste teve representatividade de 9,25% em 2016.

⁴ É preciso ressaltar que cada categoria administrativa apresenta suas especificidades.

⁵ Em 2016, em Mato Grosso do Sul, eram 79.525 estudantes matriculados em cursos presenciais. Em Mato Grosso, eram 110.411; em Goiás, 192.098; e no Distrito Federal, 165.734.